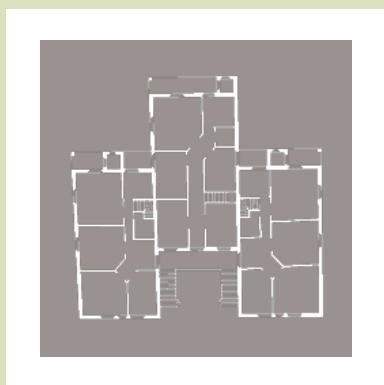


REVISTA DE MORFOLOGIA URBANA

Revista da Rede Lusófona de Morfologia Urbana

2015
Volume 3
Número 2



Editor: **Vítor Oliveira**, Universidade do Porto, Portugal, vitorm@fe.up.pt

Editores Associados: **Frederico de Holanda**, Universidade de Brasília, Brasil
Paulo Pinho, Universidade do Porto, Portugal

Editores Assistentes: **Cláudia Monteiro**, CM Arquiteta, Portugal
Mafalda Silva, Universidade do Porto, Portugal

Consultores: **Giancarlo Cataldi**, Università degli Studi di Firenze, Itália
Ian Morley, Chinese University of Hong Kong, China
Jeremy Whitehand, University of Birmingham, Reino Unido
Kai Gu, University of Auckland, Nova Zelândia
Michael Conzen, University of Chicago, Estados Unidos da América
Peter Larkham, Birmingham City University, Reino Unido

Quadro Editorial: **Isabel Martins**, Universidade Agostinho Neto, Angola
Jorge Correia, Universidade do Minho, Portugal
José Forjaz, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique
Judite Nascimento, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde
Luiz Amorim, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Manuel Teixeira, Universidade de Lisboa, Portugal
Renato Leão Rego, Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Sandra Pinto, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Sílvio Soares Macedo, Universidade de São Paulo, Brasil
Stael de Alvarenga Pereira Costa, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Teresa Marat-Mendes, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Os autores são os únicos responsáveis pelas opiniões expressas nos textos publicados na 'Revista de Morfologia Urbana'. Os Artigos (não deverão exceder as 6 000 palavras, devendo ainda incluir um resumo com um máximo de 200 palavras), as Perspetivas (não deverão exceder as 1 000 palavras), os Relatórios e as Notícias referentes a eventos futuros deverão ser enviados ao Editor. As normas para contributos encontram-se na página 2.

Desenho original da capa - Karl Kropf. Desenho das figuras - Vítor Oliveira

REVISTA DE MORFOLOGIA URBANA

Revista da Rede Lusófona de Morfologia Urbana

Volume 3 Número 2 Dezembro 2015

83 Editorial

85 *E. Barbosa e P. Fernandes*

Formas espontâneas e induzidas: comparando São Paulo, Jacarta, Hanoi e Belo Horizonte

105 *J. M. P. Silva, F. Lima e N. C. T. Magalhães*

Aplicação do conceito de Unidade Morfo-territorial nas escalas metropolitana, intraurbana e local

Perspetivas

123 Transformação e permanência de formas urbanas: uma contribuição metodológica

E. M. N. Mendonça

125 Porque importa a morfologia urbana? *I. Samuels*

127 Persistências, ruturas, dinâmicas: paradigmas dos estudos históricos de forma urbana

S. M. G. Pinto

130 Estratégias para a renovação do edificado através das Gramáticas de Forma *S. Eloy*

132 Adaptabilidade, continuidade, flexibilidade e resiliência. Algumas considerações sobre as propriedades das formas urbanas *T. Marat-Mendes*

134 A forma física das cidades – uma análise do contributo luso-brasileiro para o debate internacional *C. Monteiro*

136 Indicadores Visuais *A. Perdicoulis*

Relatórios

102 Rede Lusófona de Morfologia Urbana (PNUM), 2014-15 *T. Marat-Mendes*

103 *1st Symposium of the Turkish Network of Urban Morphology*, Istambul, 2015 *T. Ünlü*

121 *4ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*, Brasília, 2015 *S. A. P. Costa*

Notícias

84 *Urban Morphology*

122 *2º Workshop PNUM*

137 *ISUF Conference 2016: Urban morphology and the resilient city*

138 *PNUM 2016: Os espaços da morfologia urbana*



Figura 3. Blavatnik School of Government, Oxford. Fotografia de Ivor Samuels

preocupação com o contexto continua a parecer relevante para a manutenção do carácter das nossas cidades (Figura 3). No entanto, é também necessário ir além do visual para explorar a estrutura subjacente dos lugares. É isto que a Morfologia Urbana faz. É importante perceber que Conzen publicou o seu estudo pioneiro sobre Alnwick em 1969 quando o movimento *townscape* estava no auge. Esta é uma confirmação sólida da incapacidade das diferentes disciplinas falarem entre si uma vez que é indiscutível que a sua abordagem à forma urbana poderia ter enriquecido consideravelmente a

prática profissional. Colmatar este vazio é uma justificação para a existência do *International Seminar on Urban Form*.

Referências

- Cullen, G. (1961) *Townscape* (Architectural Press, Londres).
 ECC, Essex County Council (1973) *Design guide for residential areas* (Essex County Council, Chelmsford).
 Insall, D. (1968) *Chester, a study in conservation* (Her Majesty's stationary office, Londres).
 Macarthur, J. e Aitchison, M. H. (2004) 'Ivor de Wolfe's picturesque, or, who and what was townscape', *Limits: Proceedings of the 21st Annual Conference of the Society of Architectural Historians, Australia and New Zealand*, Melbourne.
 Nairn, I. (1975) 'Outrage', *The Architectural Review* 158, 328-37.
 Samuels, I (2010) 'Understanding place?', *Urban morphology* 14, 121-2.

Tradução

O texto original foi traduzido para Português por Vítor Oliveira e Mafalda Silva, que agradecem a Ivor Samuels a disponibilidade permanente ao longo deste processo.

Persistências, ruturas, dinâmicas: paradigmas dos estudos históricos de forma urbana

Sandra M. G. Pinto, Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (FCSH/NOVA-UAç) e Centro de Documentação e Pesquisa dos Domínios Portugueses (XV-XIX) (UFPr), Rua João Bravo n.º 22 1ºG, 3040-379 Coimbra, Portugal. E-mail: sandramgpinto@gmail.com

Johann Wolfgang von Goethe criou o termo 'morfologia' para designar a ciência ou doutrina da observação da forma. Mas porque as formas, em especial as formas orgânicas, nunca se encontram paradas ou terminadas, estando em permanente movimento incessante, na morfologia, a forma devia ser tomada 'apenas como ideia, como conceito ou uma coisa identificada na experiência unicamente por um instante', interessando, pois, a dimensão dinâmica das ações de formação e de transformação (Goethe, 1993 [1817], pp. 68-69).

Ainda que o mote inicial tenha sido a forma dos seres vivos, em especial os da botânica – consequência do trabalho sobre a metamorfose

das plantas (Goethe, 1993 [1790]) –, o método morfológico continha em si uma relativa autonomia científica, tendo a capacidade de ser aplicável em várias áreas disciplinares, caso da biologia, da geologia, ou mesmo da linguística.

Por via da geografia, a morfologia chegou aos estudos das formas produzidas pelos seres humanos no espaço físico. A análise promovida sobre as formas geológicas seria adaptada às formas construídas. Ademais, ao considerar os espaços urbanos (as cidades) como 'organismos', como 'seres vivos' em estreita simbiose com o ser humano, as formas urbanas encaixavam-se perfeitamente no objeto morfológico 'goethiano'. Logo, para se estudar a forma dos espaços

urbanos ter-se-ia que fazer o exame da forma existente confrontando-a com a(s) forma(s) precedente(s). O cotejo dos dados históricos e cartográficos levou à constatação de um fenómeno particular: algumas marcas do passado eram visíveis nas plantas urbanas recentes. Com a proliferação dos eventos observados, este fenómeno converteu-se em paradigma disciplinar.

Deve-se, contudo, a Pierre Lavedan a enunciação da *loi de persistance du plan*, estabelecida na sua tese complementar de doutoramento defendida em 1926, a qual saiu publicada no mesmo ano em duas edições em tudo iguais ainda que com títulos diferentes: *Introduction a une histoire de l'architecture urbaine* e *Qu'est-ce que l'urbanisme* (Lavedan, 1926a; 1926b). Para Lavedan, a sua 'lei científica' era, senão universal e absoluta, pelo menos aplicável à maioria dos casos, mas cuja 'demonstração' suportou-se apenas pelo raciocínio abduutivo de algumas evidências observadas no terreno, ao mesmo tempo que apresentava a sua proposta metodológica de utilizar os documentos cartográficos no estudo retrospectivo da forma da planta urbana. Note-se que, para Lavedan, o objeto de estudo da *art urbain* era, fundamentalmente, o desenho planimétrico das cidades.

A 'lei' fundamentava-se nos seguintes argumentos: sempre que numa cidade não existissem ações urbanísticas sistemáticas e dirigidas por forças maiores, a continuidade da vida urbana ou a reconstrução espontânea não originava modificações significativas na forma da planta urbana, podendo-se, assim, utilizar os documentos cartográficos recentes ou antigos como fonte de pesquisa para o conhecimento das formas das plantas urbanas passadas; se, pelo contrário, as intervenções produzissem transformações radicais na forma da planta urbana, a data dos eventos seria utilizada para validar a informação dada pelo documento cartográfico. Teoria e método entrecruzavam-se.

Tal como o 'princípio ou lei da continuidade' firmado na expressão latina *natura non facit saltus*, largamente presente no vocabulário da filosofia e da ciência ocidental e base de reflexão de diferentes teorias, também a 'lei da persistência do plano' tornou-se num processo heurístico da morfologia urbana de vertente histórica. Rapidamente, a 'persistência' passou a ser considerada como a característica fundamental das formas urbanas planimétricas e a tarefa de descobrir as 'formas antigas' numa das mais ativas. A potencialidade deste conhecimento era dupla: identificar as ideias urbanísticas originais e desenhar esquemas ou reconstituições hipotéticas da ocupação inicial / planeada. Regressivamente, pela planta atual chegava-se à planta primordial. Assim, e como lembrou Lavedan, ao socorrer-se

da expressão de Frederic William Maitland (1889, p. 235), os documentos cartográficos tornavam-se *the most wonderful of all palimpsests*.

No texto fundamental, *Vecchie città ed edilizia nuova*, Gustavo Giovannoni não deixou de ratificar a 'lei' de Lavedan. Contudo, o conhecimento aprofundado do desenvolvimento urbano da cidade de Roma, fomentado pelos vários estudos históricos e arqueológicos existentes, levou-o a fazer uma outra ilação. Com os seus vinte e sete séculos de vida, Roma tinha sofrido várias transformações formais, onde as diversas 'cidades' anteriores estariam sobrepostas umas nas outras, como camadas, por baixo da 'cidade' atual. Roma constituía-se, então, como um *vero palinsesto* (Giovannoni, 1931, p. 49). Daí que para Giovannoni a metáfora aplicava-se não à representação, mas ao próprio objeto de estudo: a cidade.

A analogia seria, portanto, direta: a forma da planta urbana era considerada como um texto, sendo o seu suporte o espaço físico do terreno tal como o pergaminho era para o texto; e tal como o texto original, que tinha sido apagado ou raspado e substituído por outro, também as transformações urbanas apagavam a forma da planta urbana original substituindo-a por outra; os vestígios deixados no suporte possibilitavam, então, o conhecimento e, por vezes, a leitura parcial dos textos ou das formas planimétricas destruídas. Por definição, a continuidade formal da planta urbana seria interrompida, pois, tal como num palimpsesto, os diferentes textos não se liam sincronicamente, nem o texto antigo tinha qualquer correspondência ou influenciava o texto recente.

Com efeito, se as evidências materiais providas das escavações arqueológicas confirmavam muitas vezes a manutenção das formas indeléveis ao longo do tempo (Pinon, 2001), não deixaram também de corroborar, em muitos outros casos, a completa alteração das plantas urbanas (Hurst, 1971). O palimpsesto urbano tornava-se, identicamente, num paradigma disciplinar. Os estudos arqueológicos que utilizavam como fonte de inquirição a fotografia aérea (oblíqua ou vertical) – por recuperar numerosos detalhes formais perdidos na representação cartográfica e cuja potencialidade era claramente extensível às formas urbanas (Chevallier, 1970) –, contribuíram largamente para esta posição. E tal ficou-se a dever ao método utilizado na datação das formas planimétricas. Inspirado diretamente na cronoestratigrafia da geologia, o exame às relações espaciais de sobreposição ou dependência das formas permitia obter uma cronologia relativa e a inserção de elementos datados naquela possibilitava a sua conversão em cronologia absoluta. A metáfora do palimpsesto

estendia-se assim à ‘paisagem’, onde cada camada, pertencente a um período histórico distinto, iria corresponder a uma forma específica que sobreporia e obliteraria as precedentes, a qual, por sua vez, seria sobreposta e obliterada pelas subseqüentes (Chevallier, 1976).

Ao fenómeno da persistência do plano contrapunha-se, então, o da rutura do plano. Da continuidade chegava-se à descontinuidade formal. Em qualquer dos casos, analisavam-se apenas instantes formais, fosse da fase inicial / planeada, fosse das fases de transição definidas pelos acontecimentos históricos, promovendo uma morfologia estratificada e fixista.

Já as marcas do passado estavam presentes nos dois paradigmas, pois foram elas que fundamentaram quer a ‘lei’ de Lavedan, quer a metáfora do palimpsesto urbano. Todavia, a presença e ausência simultânea das mesmas entidades contribuíram, paradoxalmente, para aproximar ou até mesmo para confundir estas duas conceções, revelando, senão a sua ineficácia, pelo menos a sua imprecisão. Por isso, para alguns investigadores a noção de palimpsesto é inconciliável com a ideia de cidade, pois, sendo esta uma obra contínua, as construções e os traçados têm necessariamente que se complementar, sobrepor e opor ao longo do tempo (Grumbach, 1992).

Contudo, têm sido as novas orientações epistemológicas a provocar um maior entendimento da dimensão dinâmica das formas. Nesse sentido, destaque-se Gérard Chouquer (1996), ao inferir, por um lado, que foi o sistema espacial pretérito que determinou ou condicionou formalmente a paisagem posterior, e, por outro, que nas paisagens atuais não existem ‘formas antigas’, encontrando-se, sim, formas herdadas ou resultantes de formas precedentes. Não por acaso, também, o método regressivo, utilizado para reconstituir as formas do passado partindo das formas existentes representadas nos documentos cartográficos ou fotográficos, tem sido alvo de questionamento (Abbé, 2005).

A pesquisa subseqüente tem, por isso, ido ao encontro dos fenómenos de transmissão e de transformação das formas no tempo e no espaço; interações não explicadas apenas por elementos materiais, mas por processos de ‘renovação incessante dentro de um conjunto complexo de reinterpretações’ (Robert, 2003, p. 115). Esta nova perspetiva tem vindo progressivamente a renovar a morfologia planimétrica, em especial aquela que lida com a vertente histórica das formas, estando em construção um conjunto de conceitos e princípios autónomos que permitem interpretar as temporalidades e as espacialidades, dentro dos mecanismos dinâmicos e dos processos complexos (Chouquer, 2007).

Constituirá esta ‘metamorfose’ disciplinar, alicerçada na dinâmica, o atual paradigma dos estudos históricos de forma urbana?

Referências

- Abbé, J.-L. (2005) ‘Le paysage peut-il être lu à rebours? Le paysage agraire médiéval et la méthode régressive?’, em Cursente B. e Mousnier, M. (eds.) *Les territoires du médiéviste* (Presses Universitaires de Rennes, Rennes) 383-99.
- Chevallier, R. (1970) ‘Photo-interprétation et urbanisme’, *Photo-interprétation* 2, 43-51.
- Chevallier, R. (1976) ‘Le paysage palimpseste de l’histoire. Pour une archéologie du paysage’, *Mélanges de la Casa de Velázquez* 12, 503-10.
- Chouquer, G. (1996) ‘La place de l’analyse des systèmes spatiaux dans l’étude des paysages du passé’, em Chouquer, G. (ed.) *Les Formes des Paysages, Tome 3 - L’analyse des systèmes spatiaux* (Éditions Errance, Paris) 14-24.
- Chouquer, G. (2007) *Quels scénarios pour l’histoire du paysage? Orientations de recherche pour l’archéogéographie* (CEAUPC, Coimbra).
- Giovannoni, G. (1931) *Vecchie città ed edilizia nuova* (Unione Tipografico-Editrice Torinese, Turim).
- Goethe, J. W. (1993 [1789-1831]) *A metamorfose das plantas* (Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa).
- Grumbach, A. (1992) ‘La ville comme collage’, em Galard, A.N. e Kratochvil, P. (eds.) *Prague, avenir d’une ville historique capitale* (Éditions de L’Aube, Paris) 229-35.
- Hurst, J. G. (1971) ‘A Review of Archaeological Research (to 1968)’, em Beresford, M. W. e Hurst, J. G. (eds.) *Deserted medieval villages: studies* (Lutterworth Press, Londres) 76-144.
- Lavedan, P. (1926a) *Introduction a une histoire de l’architecture urbaine (Definitions-Sources)* (Éditeur Henri Laurens, Paris).
- Lavedan, P. (1926b) *Qu’est-ce que l’urbanisme ? Introduction a l’histoire de l’urbanisme* (Éditeur Henri Laurens, Paris).
- Maitland, F.W. (1889) ‘The surnames of English Villages’, *The Archaeological Review* 4, 233-40.
- Pinon, P. (2001) ‘La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval. Permanencia y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo Oriental’, em Passini, J. (ed.) *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano* (Ediciones de la Universidad de Castilla – La Mancha, Cuenca) 179-214.
- Robert, S. (2003) ‘Comment les formes du passé se transmettent-elles?’, *Études Rurales* 167-8, 115-3.